



Manuel Ferreira Lima Filho
Cornelia Eckert
Jane Beltrão
(Organizadores)

ANTROPOLOGIA E PATRIMÔNIO CULTURAL

Diálogos e Desafios Contemporâneos

25ª Reunião Brasileira de Antropologia - Goiânia

ABA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE ANTROPOLOGIA

Copyright © 2007

ABA - Associação Brasileira de Antropologia

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução, armazenamento ou transmissão de partes deste livro, através de quaisquer meios, sem prévia autorização por escrito.

Patrocínio:



FORD FOUNDATION

Foto capa

Olavo Ramalho Marques

Beco da cidade de Goiás, 15 junho 2006

Revisão e supervisão editorial

Fernanda Cardozo

Projeto gráfico e impressão

Nova Letra Gráfica e Editora

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Municipal Dr. Fritz Müller

363.69

A848a Associação Brasileira de Antropologia.
Antropologia e patrimônio cultural : diálogos e
Desafios contemporâneos / organizadores Manuel
Ferreira Lima Filho, Jane Felipe Beltrão, Cornelia
Eckert. – Blumenau : Nova Letra, 2007.
368p.

ISBN 978-85-7682-198-4

1. Patrimônio cultural 2. Antropologia e patrimônio
cultural I. Lima Filho, Manuel Ferreira II. Beltrão,
Jane Felipe III. Eckert, Cornelia IV. Título.

Impresso no Brasil

A ANTROPOLOGIA E O PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL

Manuel Ferreira Lima Filho
Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu

O número de antropólogos que se dedicam ao tema do patrimônio cultural – quer em atividades acadêmicas, quer em atividades de gestão de políticas públicas ou comunitárias – tem crescido muito no Brasil.

Acompanhando essa demanda, a Associação Brasileira de Antropologia instituiu o Grupo de Trabalho Permanente do Patrimônio Cultural em 2002.

Assim, o objetivo do presente artigo é apresentar uma seqüência histórica das produções e ações dos antropólogos relacionados e apontar algumas reflexões.

Esperamos, assim, estar contribuindo com a consolidação do tema do Patrimônio como área de produção de conhecimento antropológico, o que implica muitos desafios tanto na ABA quanto no que diz respeito a ações voltadas à sociedade brasileira para os próximos anos.

As Produções Antropológicas e de Campos Afins

Pode-se dizer que a atuação dos antropólogos no campo do Patrimônio não é nova. Se incluirmos no campo do Patrimônio os museus, será possível sistematizar ações significativas tanto em práticas de colecionamento, pesquisa em museus, quanto em formulações e realizações de exposições. A Antropologia nasceu nos museus e é marcada pela idéia de preservação desde o início, quando os primeiros pesquisadores da disciplina coletavam objetos e documentos em suas pesquisas de campo e depois os armazenavam nos laboratórios de pesquisa. Internacionalmente, há alguns exemplos expressivos de

antropólogos articulados diretamente ao tema dos museus, como Franz Boas, Georges Henri Rivièrre (Museu de Artes e Tradições Populares de Paris), Paul Rivet (Museu do Homem) e mesmo Claude Lévi-Strauss (colaborador do Museu do Homem e do Projeto de fundação da UNESCO). Nacionalmente, há algumas personagens emblemáticas neste sentido, como Édison Carneiro (Museu Nacional), Darcy Ribeiro (fundador do Museu do Índio) e Luiz de Castro Faria (Museu Nacional).

No que tange às instituições de patrimônio propriamente ditas, a atuação dos antropólogos se fez sentir desde o início, mas sempre de forma esporádica, num campo em que predominavam arquitetos e historiadores. No Conselho do Patrimônio do IPHAN, há de se distinguirem a atuação de Gilberto Velho – integrante deste Conselho por alguns anos – e, mais recentemente, a presença de Roque de Barros Laraia.

De qualquer modo, o patrimônio tornou-se objeto de reflexão sistemática dos antropólogos nos últimos anos, quando alguns pesquisadores decidiram incluir o tema em suas teses de doutorado. Antonio Augusto Arantes Neto, orientado por Edmund Leach, defendeu, em 1978, na Universidade de Cambridge/King's College, Inglaterra, a tese *Sociological aspects of folhetos literature in Northeast Brazil*; mais tarde, em 1984, ele publicou o livro *Produzindo o passado*. No ano de 1989, registra-se a tese de doutorado de José Reginaldo Gonçalves (UFRJ), intitulada *Rediscoveries of Brazil: Nation and Cultural Heritage as Narratives*, defendida na Universidade da Virgínia (EUA), orientada por Richard Handler e transformada no livro *A Retórica da Perda – os discursos do patrimônio cultural no Brasil* (1996). Esses dois trabalhos podem ser considerados marcos de uma reflexão antropológica sobre o patrimônio no Brasil. Um tema antes tratado por arquitetos e historiadores passava a ser focalizado sob o viés da Antropologia. A tônica destes trabalhos consistiu em apresentar uma visão desnaturalizada de um campo eivado por ideologias e por paixões sobretudo de cunho nacionalista. Arantes e Gonçalves esforçaram-se por propor uma outra leitura de construções discursivas particularmente eficazes na fabricação de uma memória e de uma identidade nacionais. Ao mostrarem o quanto estas construções discursivas são datadas na história do Ocidente e a maneira como elas foram sendo construídas por intermédio de políticas específicas no interior do aparelho de

Estado, estes trabalhos abriram nova perspectiva no campo dos estudos de patrimônio. Particularmente, o trabalho de Gonçalves iniciou um diálogo importante com antropólogos americanos de linhagem interpretativista, como Richard Handler e James Clifford, e toda uma área de estudos antropológicos voltada para memória social, museus, práticas de colecionamento e patrimônios. Estas pesquisas problematizaram, sobretudo, o tema do patrimônio nacional, evidenciando sua relação com o caráter arbitrário das nações modernas enquanto “comunidades imaginadas” (ANDERSON, 1989) e a necessidade de construções discursivas e de alegorias capazes de expressar certa ilusão de homogeneidade e de coesão para os Estados-nações. A estratégia de Gonçalves foi analisar duas narrativas centrais na formulação de políticas do patrimônio no Brasil: a de Rodrigo Mello Franco de Andrade – um dos idealizadores e primeiro diretor do SPHAN, que inspirou sua política de 1937 a 1979 – e a de Aloísio Magalhães – que esteve à frente do SPHAN/Pró-Memória por um curto período, de 1979 a 1983, mas que foi decisivo para sua transformação. Ao tomar o patrimônio como um campo no sentido etnográfico, estas duas pesquisas evidenciaram as estratégias de construção ou de invenção de bens considerados dignos para representar a memória e a identidade nacionais e as justificativas retóricas que passaram a ser introjetadas pelos agentes do patrimônio e pela sociedade brasileira. Alguns conceitos foram especialmente introduzidos formando um pensamento antropológico sobre o patrimônio, como o conceito de “objetificação cultural”, de Richard Handler, quando este autor sugere a “coisificação” de culturas e de tradições em modernos contextos nacionais, ou seja, uma certa tendência em pensar as culturas como coisas, em representá-las a partir de determinados bens materiais, como edificações, paisagens ou objetos museológicos cuidadosamente escolhidos e retirados de seus contextos originais para serem (re)significados em outros. O patrimônio seria, portanto, o lugar em que agentes estatais especialmente treinados coletariam fragmentos de tradições culturais diversas para reuni-los num conjunto artificialmente criado voltado para representar a idéia de uma totalidade cultural artificialmente criada expressa pela idéia de nação. Outro conceito importante, desenvolvido especialmente por James Clifford em ensaio sobre sistemas de arte e cultura seria o conceito de “prática

de colecionamento”, entendido como uma prática universal, presente em todas as sociedades humanas e relacionada à necessidade vital dos homens em classificar e hierarquizar. A reflexão de Clifford é inspiradora para a pesquisa seminal de Gonçalves, que sinaliza, nas construções discursivas estudadas (de Rodrigo Mello Franco de Andrade e de Aloísio Magalhães), os bens considerados dignos de colecionamento com o intuito de formar um mosaico “autenticamente” nacional. O tema da autenticidade é colocado em relevo. Gonçalves, utilizando-se de estratégia etnográfica e tomando os discursos de Rodrigo Mello Franco de Andrade e de Aloísio Magalhães como os de informantes selecionados numa pesquisa de campo, produz a relativização desta categoria fundante das modernas ideologias ocidentais. O tema do patrimônio emerge, assim, como um lugar de construção de valores – e, como tal, extremamente plástico e variável. O bem cultural “autêntico” como representação metafórica da totalidade nacional é desnaturalizado, e a sua face ideológica e ficcional descortinada. Gonçalves está atento para a dimensão literária e provisória de ideologias que procuram firmar-se como verdades calcadas em noções positivistas da ciência. Neste sentido, alinha-se com a reflexão de Hayden White acerca dos mecanismos de produção da moderna historiografia e da fixação da idéia presente em toda a história linear de que todas as nações devam obrigatoriamente ter um passado. O patrimônio, em certa modalidade discursiva (no caso, a de Rodrigo Mello Franco de Andrade), seria a de representação ou de objetificação deste passado. Por outro lado, o patrimônio na modalidade discursiva de Aloísio Magalhães estaria mais fixado na noção de cultura e de diversidade cultural numa ênfase num tempo presente capaz de, por si só, eternizar-se. A nação, em ambas as construções discursivas, é apresentada como uma entidade dotada de coerência e de continuidade. Essa coerência seria menos um dado ontológico do que o efeito daquelas estratégias narrativas.

Enquanto o trabalho de Gonçalves é centrado no estudo de categorias de pensamento, em discursos, narrativas, o trabalho de Arantes volta-se para os contextos sociais e intencionais em que as políticas de patrimônio nacionais são construídas. Arantes está interessado em desvendar as relações sociais envolvidas neste processo de patrimonialização. Estes dois trabalhos abrem caminho para que

outros antropólogos se interessem pelo tema do patrimônio. Na década de 90, duas pesquisas são especialmente relevantes: a primeira de autoria de Silvana Rubino (Unicamp), intitulada *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*, apresentada como dissertação de mestrado ao Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, em janeiro de 1991; a segunda produzida por Marisa Velloso M. Santos, *O tecido do tempo: a idéia de patrimônio cultural no Brasil (1920-1970)*, orientada por Roberto Cardoso de Oliveira e apresentada como tese de doutorado ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, em 1992.

É preciso observar que, do final dos anos 80 até pelo menos a primeira metade dos anos 90, houve uma expressiva voga de trabalhos refletindo sobre o tema da nação. Talvez este interesse reflexivo sobre o nacional tenha sido, em parte, motivado pela grande quantidade de produções de historiadores e de cientistas sociais franceses por ocasião das comemorações do bi-centenário da Revolução Francesa. É deste período a publicação da coletânea de textos organizados em quatro grossos volumes pelo historiador francês Pierre Nora, da *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, intitulada "Lugares de Memória". Em cada um destes volumes – três volumes consagrados ao tema da Nação e um volume voltado para a República –, historiadores consagrados dedicaram-se a esquadriñar o longo processo de construção do Estado-nação francês em todos os seus mais ínfimos detalhes, como o culto aos heróis, os manuais de história da França para crianças, os guias de viagem para formar os cidadãos franceses na noção de pátria e de território e, claro, toda a máquina estatal que se voltou para a invenção do patrimônio francês desde os primeiros protestos de Vitor Hugo em 1832 quando ameaçavam destruir os prédios históricos e monumentais e os primeiros projetos de Violet Le Duc, engenheiro e arquiteto francês que iniciou todo o processo de restauração de Paris para que ela conservasse para sempre sua feição eloqüente de berço dos novos ideais que passariam a reger o Ocidente. Nas palavras de Pierre Nora, as comemorações do bi-centenário da Revolução Francesa incitaram o autor a tecer um inventário dos lugares onde a memória nacional na França tomou corpo e que, pela vontade dos homens ou pelo trabalho dos séculos, sobreviveram como os

símbolos mais evidentes: festas, emblemas, monumentos e comemorações, mas também elogios, dicionários e museus. A noção de “lugares de memória”, construída ao longo de três anos – de 1978 a 1981 – num seminário dirigido por Nora na École, foi um marco importante nos estudos que procuravam relacionar Memória e História. No entender de Nora, os “lugares de memória” surgiram nas sociedades ocidentais modernas como fragmentos de uma memória em franco desaparecimento. A ação da História moderna, calcada numa representação linear do tempo e numa reconstrução sempre problemática do que não mais existe, teria condenado ao fim da memória coletiva. O fato de se falar tanto em memória seria, para Nora, um sintoma de que esta não mais existiria, tendo sido substituída pela História. As sociedades ocidentais modernas seriam o resultado de uma mutilação sem retorno representada pelo fim das coletividades-memória que eram as sociedades tradicionais, por excelência as sociedades camponesas, em que cada gesto cotidiano era vivido como uma repetição religiosa de atos extremamente significativos para a coletividade, ou seja, havia uma identificação do ato e do significado. Com certo tom nostálgico, Nora se propôs a discorrer sobre os estilhaços ou fragmentos daquela que seria o último esforço de construção de uma memória coletiva no Ocidente: a memória nacional.

Estes lugares precisam ser compreendidos no sentido pleno do termo, do mais material e concreto, como os monumentos aos mortos e os Arquivos nacionais, ao mais abstrato e intelectualmente construído, como a noção de linhagem, de geração, ou mesmo de região e de “homem-memória”. Dos lugares institucionalmente sagrados, como Reims ou o Panteão, aos humildes manuais de nossas infâncias republicanas. Das crônicas de Saint-Dennis do século XIII, ao Tesouro da Língua Francesa, passando pelo Louvre, pela Marselhesa e a Enciclopédia Larousse¹.

Esta onda de estudos dessacralizadores do ideal de nação teve talvez no campo da História sua maior repercussão, mas circulou também entre antropólogos e cientistas sociais que desenvolveram estudos reflexivos sobre os mecanismos de constituição do nacional

1 Nora, Pierre. “Présentation”. In: *Les Lieux de Mémoire*. Paris: Ed. Gallimard, 1984.

entre nós. Afinal, se a República francesa comemorava 200 anos em 1989, no mesmo ano a República verde e amarela completava 100 anos. Na perspectiva da História, é desta época o trabalho, por exemplo, de José Murilo de Carvalho intitulado *A Formação das Almas* e que evidencia em minúcias o processo de elaboração dos símbolos nacionais: a bandeira, o hino, as alegorias, os monumentos². Por esta ocasião passava-se em revista a história da formação das nações modernas. O historiador Éric Hobsbawm publicou a *Era dos Impérios*, tematizando o período que se abriu em 1870, quando, na Europa, tiveram lugar as grandes transformações que desencadearam novas relações entre os indivíduos. A partir de então, todos deviam fidelidade a um ente abstrato e distante: o Estado-nação. Outro trabalho do historiador inglês deste período foi *A Invenção das Tradições*, que propunha pesquisar sobre pequenas invenções necessárias à consolidação dos Estados nacionais, como alegorias e trajes típicos. O ensaio sobre a invenção do traje típico dos escoceses e de toda a tradição envolvida inspirou pesquisas de historiadores e de antropólogos sobre o papel das identidades regionais e locais na construção dos símbolos nacionais³.

Outros trabalhos de Antropologia, embora não se dedicassem exatamente ao tema do patrimônio nacional, voltaram-se para o estudo da criação de muitos outros símbolos necessários à formação dos novos cidadãos. Cabe registrar o trabalho do antropólogo Ruben Geoge Oliven sobre a invenção do gaúcho, em certa parte inspirado no ensaio de Eric Hobsbawm. Oliven utiliza a perspectiva antropológica para desvendar a maneira pela qual a tradição gaúcha foi criada com festas, datas e trajes típicos. A antropóloga Maria Eunice Maciel, também do Departamento de Antropologia da UFRGS, iniciou suas pesquisas sobre o tema do patrimônio nacional, vindo a abrir uma linha de pesquisa em torno do tema do Patrimônio Intangível, especialmente articulado com a questão dos saberes e fazeres em torno do processo da alimentação.

Uma outra linha de investigação que se inaugurou no período dos anos 80 e 90 foi o estudo dos museus e das práticas de colecionamento de objetos museológicos. Também em parte inspira-

² Carvalho, José Murilo de. *A Formação das Almas*. O Imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

³ Hobsbawm, Éric. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

dos na voga dos estudos sobre a formação dos Estados-nações e seus símbolos, estes estudos congregaram historiadores e antropólogos. Os museus e suas coleções eram entendidos enquanto partes expressivas dos patrimônios nacionais. Com relação à perspectiva antropológica de estudos de museus e de práticas de colecionamento, devemos registrar que a tendência auto-reflexiva da Antropologia também contribuiu para o foco nesta área. Do projeto editorial organizado por George Stocking Jr. sobre a história da Antropologia, foi lançado, em 1985, um número especial sobre museus e práticas de colecionamento na Antropologia. O livro *Objects and Others. Essays on Museums and Material Culture*, terceiro volume da série, trouxe artigos sobre a estreita relação da Antropologia com os museus desde o nascimento da disciplina. Vale destacar o artigo de Ira Jacknis focalizando o trabalho de Franz Boas como curador de exposições em museus etnográficos; o artigo de Richard Handler, que se tornou clássico nos estudos do patrimônio, sobre o processo de construção do patrimônio em Quebec; e, por fim, o artigo de James Clifford sobre a prática de colecionamento dos objetos “dos outros” nos grandes museus e sobre os problemas advindos desses deslocamentos dos objetos com relação a seus contextos de origem⁴.

Tomar os museus e as coleções de museus numa perspectiva antropológica procurando perceber estes lugares de memória como elementos importantes do sagrado nacional consistiu no objetivo na dissertação de mestrado de Regina Maria do Rego Monteiro Abreu, apresentada ao PPGAS do Museu Nacional em 1990 com o título *Sangue, Nobreza e Política no Templo dos Imortais: um estudo antropológico da Coleção Miguel Calmon no Museu Histórico Nacional* e publicada em livro em 1996 sob o título *A Fabricação do Imortal*. Utilizando como principal referência o “Ensaio sobre a dádiva”, de Marcel Mauss, e suas reflexões sobre reciprocidade, a autora percebeu o museu enquanto um lugar de trocas simbólicas e rituais entre os agentes sociais que, nestes movimentos, construíam uma versão da História do Brasil e fabricavam personagens históricos.

No dos anos 80 e 90, muitos dos autores citados dialogaram em

⁴ Os títulos dos artigos são respectivamente: JACKNIS, Ira. “Franz Boas and Exhibits: On the Limitation of the Museum Method of Anthropology”; HANDLER, Richard, “On Having a Culture: Nationalism and the Preservations of Quebec’s Patrimoine”; CLIFFORD, James “Objects and Selves – An Afterword”. In: STOCKING, Jr., George W. *Objects and Others. Essays on Museums and Material Culture*. London: University of Wisconsin Press Ltd., 1985.

diferentes momentos no Grupo de Trabalho sobre Pensamento Social Brasileiro nas reuniões da ANPOCS, em Caxambu. Além dos trabalhos citados, o tema do patrimônio foi objeto de reflexão de teses e de pesquisas de sociólogos e de cientistas políticos. É importante destacar o trabalho de Myrian Sepúlveda dos Santos, que focalizou o tema dos museus em dissertação apresentada em 1989 no mestrado em Ciência Política no IUPERJ, *História, Tempo e Memória: um estudo sobre museus a partir da observação feita no Museu Imperial e no Museu Histórico Nacional*. Outro trabalho relevante sobre o tema do Patrimônio no período focalizado é o de Cecília Londres apresentado como tese de doutorado em Sociologia da Cultura na UnB e publicado em 1997 pela editora da UFRJ sob o título *Patrimônio em Processo. Trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Myrian Sepúlveda dos Santos preocupou-se em refletir sobre construções da história em diferentes momentos de dois museus históricos. Cecília Londres, pelo contrário, não refletiu sobre a história, mas adotou uma perspectiva “primordialmente histórica”, tomando como “objeto de pesquisa o processo de construção do patrimônio histórico e artístico no Brasil, considerado enquanto uma prática social produtiva, criadora de valor em diferentes direções”⁵. Na Universidade de Brasília, Izabela Maria Tamasso defende, em 1997, a dissertação de mestrado em Antropologia com o tema *A História: Percepções do Conflito na Prática da Preservação do Patrimônio Cultural Edificado em Espírito Santo do Pinhal*; e, em 1998, também na UnB, Manuel Ferreira Lima Filho defende a sua tese de doutorado *Pioneiros da Marcha para o Oeste: Memória e Identidade na Fronteira do Médio Araguaia*, quando encontra, entre os pioneiros, a prática de constituição de museus e de coleções como estratégia de construção de uma memória coletiva. Ainda em 1998, Márcia Regina Romeiro Chuva defende sua tese de doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense com o título *Os arquitetos da memória: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil – anos 30 e 40*. Por fim, Alexandre Fernandes Corrêa apresenta a sua tese de doutorado em 2001, na Pontifícia Universidade de São Paulo, em Ciências Sociais, com o título *Vilas, parques e Terreiros – Novos Patrimônios na Cena das Políticas Culturais de São Luís e São Paulo*.

5 Trecho retirado de FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo. Trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Minc-IPHAN, 1997 (pp. 19-20).

Patrimônio como Antropologia da Ação?

Se, de um lado, temos um movimento crescente nas universidades, novos debates nacionais e internacionais vêm colocando o tema do patrimônio na ordem do dia das políticas públicas no Brasil e no exterior. Particularmente os antropólogos vêm sendo convocados diante de mudanças significativas nas formulações de políticas culturais, afirmativas e do próprio, notadamente a partir da constituição de 1988 e particularmente com o fomento do chamado Patrimônio Intangível, de 2001.

Desta maneira, um campo de atuação profissional se abre rapidamente, clamando por profissionais com capacidade tanto de atuar na reflexão conceitual do tema do patrimônio cultural como de agir como gestor – ou aquilo que Roberto Cardoso de Oliveira chamou de “Antropologia da Ação”. Mas uma questão se apresentava como fundamental nesse jogo de atuação: o antropólogo se via diante do desafio de se sustentar como profissional, norteado pelas regras do mercado, e, ao mesmo tempo, ser fiel aos princípios metodológicos, conceituais e éticos da disciplina. Tal desafio foi, inclusive, tema de um seminário promovido pela ABA com a Universidade Federal Fluminense intitulado *Antropologia extra-muros*, no ano de 2003.

A participação dos antropólogos nas instituições de patrimônio era pequena até bem pouco tempo atrás. No Brasil, na instituição mais representativa, o IPHAN, há de se ressaltar a participação de Gilberto Velho no Conselho do Patrimônio, órgão renomado e de grande credibilidade no setor. A política hegemônica do IPHAN de sua fundação até final dos anos 90 privilegiou os tombamentos e a preservação de edificações em “pedra e cal”, de conjuntos arquitetônicos e paisagísticos, bem como a proteção a bens móveis e imóveis considerados de relevo para a nação brasileira, seja por expressivas características arquitetônicas, artísticas ou históricas. Tornou-se já um relato mítico para os que contam a história da instituição mencionar as diferenças entre o ante-projeto de Mário de Andrade esboçado em 1936 e a versão final do Decreto-Lei 25, que instituiu e criou a instituição. De acordo com uma certa corrente de pesquisadores mais simpáticos à visão de Mário de Andrade, seu ante-projeto conteria uma versão mais culturalista e antropológica, privilegiando uma noção de patrimônio que enfatizava os aspectos mais intangíveis da cultura,

como manifestações diversas da cultura popular. A proposta vencedora, protagonizada na figura de Rodrigo de Mello Franco de Andrade, tenderia a privilegiar os aspectos materiais do patrimônio. Evidentemente, este relato mítico da proposta vencida de Mário de Andrade na disputa com Rodrigo de Mello Franco de Andrade serve para legitimar a visão de um grupo de gestores do patrimônio que manteve uma oposição ao poder hegemônico no campo, formado, em grande parte, por arquitetos, e que privilegiaram ações de preservação de cunho material pautadas em critérios históricos e artísticos. As ações mais contundentes do órgão com repercussões em esferas regionais e locais de preservação e de construção da memória no país consistiram em tombamentos de grandes monumentos, exemplarmente ilustrados pelas igrejas barrocas de Ouro Preto. A breve passagem do designer Aloísio Magalhães pela instituição trouxe algumas idéias novas com a criação do Centro Nacional de Referências Culturais e com a transformação, por um certo período, da instituição de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para Fundação Nacional Pró-Memória. Aloísio Magalhães adotava uma perspectiva mais culturalista do Patrimônio e formou um grupo de colaboradores que fazia uma crítica velada ao que eles consideravam um certo elitismo da proposta até então hegemônica encarnada por Rodrigo. A visão deste grupo era a de que a nação incluía diferentes culturas que deveriam ter seus patrimônios representados numa instituição voltada para este fim. Essas diferentes culturas eram expressas em diferentes suportes e não apenas nos suportes arquitetônicos, que acabaram constituindo o grande elenco de bens preservados. A morte prematura de Aloísio Magalhães e o acirramento de disputas internas no órgão não possibilitaram que vingasse uma proposta culturalista do patrimônio, permanecendo a visão até então hegemônica. Entretanto, alguns esforços isolados continuaram a ser implementados. Um dos momentos de destaque desta disputa consistiu na luta pelo tombamento do terreiro de candomblé Casa Branca, na Bahia, onde havia uma árvore sagrada que também deveria ser preservada. Amplo debate se processou envolvendo antropólogos, arquitetos e historiadores que produziram artigos para um número da *Revista do Patrimônio*. Arquitetos acostumados com tombamentos de bens móveis e imóveis e não exatamente com um local sagrado com as características de um terreiro

de candomblé expressaram certa perplexidade com relação ao papel do Estado no caso de um tombamento com aquelas características. Além do mais, levantavam objeções relativas à fiscalização por parte de um organismo estatal de um espaço cósmico, controlado, em última instância, pelos desígnios do sobrenatural. E se os santos decidissem que o terreiro deveria migrar para outro local? O terreiro deveria ser destombado? Em suma, o terreiro foi tombado, mas a polêmica em torno do caso tornou-se um emblema da contenda entre duas visões de patrimônio.

Durante a passagem de Fernando Collor pelo Governo, a instituição, seguindo os mesmos desígnios de outros setores da cultura no país, sofreu um desmonte com demissões de funcionários e com falta de verbas e de uma política clara para o setor. A instituição mudou de nome e passou a se chamar Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, num sinal evidente de que a tendência culturalista continuava a se insinuar em oposição à vertente histórica e artística.

Nos anos do Governo de Fernando Henrique Cardoso, intelectuais e profissionais do campo insistiram que a instituição deveria retomar sua sigla original, com a qual ganhou credibilidade nacional e internacional. Desse modo, a instituição passou a se chamar Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nome que permanece até hoje. Mas, apesar de a instituição manter no nome a referência ao “histórico e artístico nacional” e não ao “cultural”, um movimento novo começou a se insinuar, em grande parte em função de novos posicionamentos de organismos internacionais. É importante frisar que, durante os anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, novos organismos internacionais foram criados, como a UNESCO, e certos debates, como é o caso dos relativos ao tema do patrimônio, passaram a ser regidos também em função de reflexões de ordem internacional. Nos anos 90, começaram a surgir com intensidade preocupações relativas ao que os documentos da UNESCO chamavam de “culturas tradicionais”. Por um lado, levanta-se o temor do desaparecimento dessas culturas face à mundialização das culturas que tenderiam a homogeneizar e ocidentalizar o planeta. Por outro lado, eram manifestadas preocupações de que os produtores dessas “culturas tradicionais” viessem a ser saqueados por novas modalidades de pirataria na dinâmica do capitalismo globalizado. Conhecimentos tradicionais

necessários à manipulação de ervas medicinais, músicas folclóricas, danças tradicionais e outras manifestações destas culturas se teriam convertido em fontes cobiçadas por um mercado cada vez mais ávido por objetos raros e exóticos. Novas questões eram levantadas: como salvar essas “culturas tradicionais”? Como munir seus produtores de mecanismos de proteção contra a apropriação de seus acervos de “conhecimentos tradicionais” por parte de um mercado que se globaliza? Num mundo organizado por patentes, como regular direitos sobre a propriedade intelectual de criações coletivas ou de autoria desconhecida expressa em músicas, rituais, folguedos e manifestações culturais diversas? Como regulamentar juridicamente os direitos relativos aos “conhecimentos tradicionais”, uma vez que não há legislação sobre direitos coletivos? Como proteger comunidades que atualizam antigas tradições, uma vez que o mercado expande suas fronteiras delas se apropriando? Em outras palavras, quando uma empresa utiliza padrões gráficos de uma etnia indígena transformando-os em padrões industriais de tecidos ou quaisquer outros suportes, seria correto ignorar as populações que criaram estes padrões? Na lógica do capitalismo industrial não seriam elas as inventoras dos respectivos padrões e, portanto, detentoras legítimas do direito de patente sobre todas e quaisquer utilizações futuras destes bens? O mesmo raciocínio não poderia aplicar-se a “conhecimentos tradicionais” sobre plantas e ervas medicinais, performances e rituais, técnicas específicas de confecção de instrumentos ou equipamentos e assim por diante? Como adaptar o mecanismo das patentes criadas durante a fase do capitalismo industrial e relacionadas a invenções individuais para um direito de propriedade intelectual coletiva? As sociedades produtoras de “culturas tradicionais” deveriam aderir ao mecanismo das patentes? Haveria como aboli-las?

Esses têm sido alguns temas presentes nos debates promovidos pela UNESCO, dos quais participam representantes de diferentes Estados-nações. Em Documentos produzidos nos anos 90 sob o título “Recomendações para a proteção e salvaguarda de manifestações culturais tradicionais”, a UNESCO fazia algumas propostas aos países membros da organização. Como antídoto a problemas tão graves, propunha-se que os países membros adotassem algumas medidas, entre elas novas políticas de patrimônio capazes de proteger as chamadas

“culturas tradicionais”. Especificamente um destes documentos propunha que os países seguissem a inspiração japonesa de proteger o “conhecimento tradicional”, as habilidades específicas que são passadas de gerações a gerações de forma ritualizada e por meio de mecanismos próprios. Observava-se que, no caso japonês, a proteção ao patrimônio não se faz priorizando os resultados ou os produtos de técnicas de construção ou de conhecimentos ancestrais, mas que, pelo contrário, se valoriza o processo do fazer. Desse modo, se um prédio é considerado importante para a cultura japonesa, de tempos em tempos se promove ritualmente uma desconstrução deste prédio e uma reconstrução do mesmo. A proteção mais adequada, segundo esta concepção, baseia-se na valorização do processo e não no resultado final. Por outro lado, o Documento da UNESCO chamava a atenção para a importância de proteger, no caso das “culturas tradicionais”, os “mestres” considerados “patrimônios vivos” de conhecimentos muitas vezes não documentados por meio da escrita. Dizia o texto: “em sociedades tradicionais, quando morre um ancião toda uma biblioteca se queima e se perde para sempre”.

Era evidente o surgimento de um dado novo no campo do patrimônio. Se, nos primeiros anos de constituição dos patrimônios nacionais, predominara uma retórica que lastimava a perda de um mundo constituído de prédios e de edificações que davam lugar a novos ícones das modernas sociedades urbano-industriais e se nestes anos era preciso salvar algo que testemunhasse momentos do longa trajetória de construção da civilização ocidental, no final dos anos 90 discutia-se um outro sentido para uma mesma retórica da perda. Lastimava-se, agora, o desaparecimento daqueles que constituíam os “outros” do mundo civilizado – “outros” que expressavam culturas exóticas que teriam sobrevivido a diversas fases do capitalismo mas que, com a globalização, estariam irremediavelmente fadados à dissolução.

As propostas salvacionistas da UNESCO tiveram boa repercussão no Brasil entre gestores do patrimônio, entre eles os segmentos da vertente culturalista do IPHAN e também de outras agências do Ministério da Cultura. Reuniões foram realizadas, dentre as quais uma reunião em Fortaleza que congregou técnicos de várias agências governamentais e durante a qual foi proposta a formulação de uma política voltada para o Patrimônio Intangível. Uma das instituições que aderiu de imediato foi a então Coordenação de Folclore e de Cultura

Popular ligada à Funarte, instituição herdeira da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, atuante desde os anos 50, e que tinha longa experiência com pesquisa em folclore e em cultura popular. Das instituições do Ministério da Cultura, era esta uma das que congregavam maior número de antropólogos. Concomitantemente, por ocasião dos festejos dos 500 anos do Descobrimento do Brasil, o Ministério da Cultura propôs a Antonio Augusto Arantes a criação de uma metodologia de inventário das manifestações culturais na região do sul da Bahia, onde havia um projeto de criação de um “Museu Aberto do Descobrimento”. Gestores do patrimônio interessados na nova política do Patrimônio Intangível articularam-se no projeto de criação de um programa de ação voltado para o Patrimônio Intangível no Brasil; e, em 4 de agosto de 2000, foi promulgado o Decreto 3.551, instituindo “o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e criando o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial”.

A proposta do Registro significou essencialmente a criação de um selo distintivo oficial para os chamados “bens culturais de natureza imaterial”. Evidentemente, como todo o processo de patrimonialização, esta proposta inclui a idéia de seleção, de construção de um acervo digno de ser memorializado em oposição a um outro conjunto de bens culturais que devem ser relegados ao esquecimento. A dinâmica patrimonial implica práticas de colecionamento, e a prática do Registro pode ser comparada à prática do tombamento, de acordo com a qual são necessários critérios que possibilitem escolhas daquilo que deverá ser preservado.

Para o “Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial”, foram criados quatro livros: o “Livro do Registro dos Saberes” (para o registro de conhecimentos e de modos de fazer); o “Livro das celebrações” (para as festas, os rituais e os folguedos); o “Livro das formas de expressão” (para a inscrição de manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas); o “Livro dos lugares” (destinado à inscrição de espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas).

Prevê-se, então, que alguns “bens culturais” devam ser registrados nestes livros e que, como manifestações culturais vivas, estes “bens culturais” sejam acompanhados pelos agentes do patrimônio, e suas transformações documentadas.

Nas palavras da atual diretora do Departamento do Patrimônio do IPHAN, a arquiteta Marcia Sant'Anna,

O registro corresponde à identificação e à produção de conhecimento sobre o bem cultural de natureza imaterial e equivale a documentar, pelos meios técnicos mais adequados, o passado e o presente dessas manifestações em suas diferentes versões, tornando tais informações amplamente acessíveis ao público. O objetivo é manter o registro da memória desses bens culturais e de sua trajetória no tempo, porque só assim se pode “preservá-los”. Como processos culturais dinâmicos, as referidas manifestações implicam uma concepção de preservação diversa daquela prática ocidental, não podendo ser fundada em seus conceitos de permanência e autenticidade. Os bens culturais de natureza imaterial são dotados de uma dinâmica de desenvolvimento e transformação que não cabe nesses conceitos, sendo mais importante, nesses casos, registro e documentação do que intervenção, restauração e conservação⁶.

Paralelamente ao instrumento do Registro, o IPHAN criou, em parte com as contribuições do projeto piloto desenvolvido por Antonio Augusto Arantes no sul da Bahia, uma metodologia de inventário que gerou uma proposta de Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) – instrumento para subsidiar as ações de registro e realizar um recenseamento amplo das manifestações culturais no país. Ana Gita de Oliveira, antropóloga e técnica do IPHAN, chama a atenção para o fato de que, a partir de 1995,

[...] o IPHAN começou a sistematizar os diversos modelos de inventários existentes até então e, pela primeira vez, arriscar a difícil tarefa de organizar um inventário que fosse adequado à natureza do patrimônio imaterial (...). Entre os anos de 1997 e 2000, tendo como fonte de inspiração as experiências realizadas na Fundação Pró-Memória e no desenvolvimento de três experiências de inventários de referências culturais, no Serro/MG, em Diamantina/MG e na Cidade de Goiás/GO, se começou a estruturar um modelo de Inventário (...) ⁷.

6 Sant'Anna, Marcia. “A face imaterial do patrimônio cultural”. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário. *Memória e Patrimônio*. Rio de Janeiro: ed. DPA, 2003.

7 OLIVEIRA, Ana Gita de. “Diversidade cultural como categoria organizadora de políticas públicas”. In: TEIXEIRA, João Gabriel et al. *Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização*. Brasília: Transe/Ceam, 2004.

A metodologia de inventário sistematizada pelo IPHAN começou a ser posta em prática por alguns técnicos das agências governamentais, entre eles os técnicos do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP –, sob a coordenação da antropóloga Letícia Vianna. Esta experiência merece ser registrada, pois vem abrindo um importante mercado de trabalho para antropólogos. No caso do projeto do CNFCP, há uma equipe fixa e diversos consultores relacionados a temas específicos que foram selecionados para serem inventariados:

[...] as diferentes celebrações relacionadas ao complexo cultural do boi, os diferentes modos de fazer relacionados ao artesanato em barro; as diferentes formas de expressão e modos de fazer relacionados à musicalidade das violas e percussões; os diferentes modos de fazer relacionados aos sistemas culinários a partir dos elementos mandioca e feijão⁸.

A maior parte dos envolvidos nestas pesquisas são antropólogos ou estudantes de antropologia em fase de mestrado ou de doutorado recrutados em cursos de pós-graduação e que estão envolvidos com teses sobre temas correlatos. O objetivo das pesquisas é duplo: tecer um inventário dessas manifestações culturais, escolhidas em parte por retratar certa tradição de estudos da instituição, e preparar dossiês para possíveis registros dentro do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial.

Concomitantemente aos inventários, o mote dos “registros” de manifestações culturais que passariam a ser distinguidas com um selo do Ministério da Cultura vem desencadeando ampla mobilização de profissionais da cultura e de agentes sociais em organismos estatais, ongs e instituições culturais. Com o início da gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura, houve um incentivo muito grande para que o Programa do Patrimônio Imaterial entrasse em vigor, inclusive com editais de concursos de financiamentos com apoio da Petrobrás para pesquisas nesta área. Pode-se falar em uma verdadeira corrida de pesquisadores, principalmente de antropólogos, que se sentiram estimulados a organizar dossiês de pesquisas sobre as manifestações culturais relacionadas aos grupos de seus interesses de pesquisa.

8 Vianna, Letícia. “Pluralidade cultural e identidade nacional: experiências recentes de políticas no Brasil”. In: TEIXEIRA, João Gabriel et al. Op cit

Para que uma manifestação cultural concorra ao registro, é necessário um amplo dossiê com pesquisas consistentes, descrições detalhadas e justificativas sobre as razões dos pedidos de registro. É evidente que, para esta atividade específica, os antropólogos reúnem os atributos necessários. O que vem ocorrendo é que antropólogos com maiores informações e condições materiais de realizar tais dossiês levam vantagem numa certa concorrência para definir quais bens culturais serão registrados e receberão o título de “patrimônios culturais do Brasil”. Os primeiros casos de “registros de bens culturais” exemplificam esse processo.

O caso do primeiro bem cultural indígena registrado no “Livro dos Saberes” do patrimônio imaterial é emblemático. Trata-se do registro da arte *kusiwa* – pintura corporal e arte gráfica *wajãpi*, ou seja, de índios habitantes do Amapá e estudados pela antropóloga Dominique Gallois, do Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP. Apoiada pelo Museu do Índio por ocasião da elaboração de uma exposição desta etnia no museu, Dominique Gallois organizou um vasto dossiê, resultado de mais de quinze anos de pesquisa, e o encaminhou, junto com o diretor do Museu do Índio, o também antropólogo José Carlos Levinho, ao IPHAN, solicitando o registro do *kusiwa* como patrimônio cultural do Brasil dentro do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Num certo sentido, pode-se dizer que por uma série de motivos, entre eles a agilidade e o trabalho anterior acumulado, Dominique Gallois chegou à frente no pedido de registro para a arte gráfica do grupo que estuda, de modo que, em 20 de dezembro de 2002, o *kusiwa* foi registrado como patrimônio cultural do Brasil. Evidentemente, injunções políticas também concorreram para que este bem cultural recebesse o selo de patrimônio oficial pelo Governo Federal. Na ocasião, o Presidente Fernando Henrique Cardoso encerrava sua gestão, e era interessante que o Governo mostrasse resultados e que a então gestão do IPHAN tornasse visível a política que naquele Governo começara a se implantar.

Com senso de oportunidade e uma pesquisa consolidada sobre os *waiãpi*, o Museu do Índio, as lideranças indígenas *waiãpi* e a antropóloga Dominique Gallois emplacaram o registro da bela arte gráfica *waiãpi*. Entretanto, o que significa dar um selo oficial de reconhecimento a uma manifestação cultural se o país é feito de muitas manifestações

culturais, todas igualmente significativas? A relação entre universidades e agências estatais têm sido uma constante no meio daqueles que escrevem sobre o assunto do patrimônio. Os antropólogos começaram a ser chamados pelos técnicos das instituições museais e de patrimônio para refletirem com eles sobre políticas públicas, modos de funcionamento, ideologias, princípios e práticas de identificação, de preservação e de difusão dos acervos e dos bens culturais. Estes intercâmbios entre o pesquisador e as agências que configuraram o campo etnográfico de suas pesquisas são extremamente interessantes, mas muitas vezes provocam confusões e mal-entendidos. A perspectiva acadêmica, reflexiva, tem uma especificidade com relação ao trabalho de atuação numa área que, independentemente das relativizações que se possa fazer, funciona como instância canonizadora, formando ícones e símbolos da memória nacional. O diálogo, portanto, tem limites, e muitas vezes é difícil precisá-los. Faz parte do jogo das agências do patrimônio a consagração, por meio de ações de tombamentos, de bens móveis e imóveis, listas de edificações a serem preservadas ou de objetos a serem recolhidos. As políticas de memória são o resultado de dinâmicas deliberadas de lembranças e esquecimentos. Valorizar objetos, entronizar personagens no panteão de uma construção discursiva da história, restaurar um quadro, um prédio ou um bairro seguindo a opção de uma determinada época ou padrão arquitetônico é bem diferente de refletir sobre os mecanismos que levaram uma sociedade a valorizar aqueles objetos e não outros, ou de estudar sobre as escolhas dos quadros a serem restaurados e daqueles fadados à destruição, ou ainda de observar criticamente que a restauração de um bairro ou de um complexo arquitetônico a partir de determinados padrões estéticos não é suficiente para restaurar a “autenticidade original” destes espaços.

Ressalta-se o papel das universidades, principalmente nos programas de pós-graduação, que vêm gerando um número crescente de dissertações e de teses e alimentando debates, simpósios e mesas redondas em todo o país. De tema marginal ou menor nos estudos antropológicos, os estudos de memória, patrimônio e cultura material vêm ganhando visibilidade e inserindo-se no movimento contemporâneo de uma Antropologia voltada para pensar a sociedade do observador – ou, para usar a expressão de Marisa Peirano, de uma

Antropologia em que a construção da alteridade é próxima, senão mínima. Este é um campo sem dúvida de interseção entre antropólogos e “outros” dos mais variados lugares e tendências – campo que se movimenta na confluência entre a Academia e as agências de governo, instituições, ongs e movimentos sociais, entre pesquisas reflexivas e paixões desenfreadas que fazem do patrimônio uma “causa” e uma “bandeira de luta”.

Decorrente disso, pergunta-se: é papel dos antropólogos hierarquizar as culturas? Os antropólogos nos Conselhos de Patrimônio ou nas agências governamentais podem selecionar algumas manifestações culturais em detrimento de outras? Como patrimonializar as diferenças sem trair o próprio conceito de diferença? Como criar coleções de manifestações culturais dignas de representar a nação brasileira, sabendo-se que, no mesmo movimento, estamos também praticando o descolecionamento, ou seja, criando coleções de manifestações culturais “indignas” de representar a nação brasileira? Cabe ao antropólogo este papel de certificador das culturas? Quais os significados para o trabalho antropológico quando atuamos como mediadores entre culturas específicas e singulares e agências do Governo Federal que retiram delas fragmentos para metaforizar uma outra totalidade, a nação – totalidade que vem sendo construída por agentes especialmente treinados do aparelho de Estado? Como integrar o aparelho de Estado sem perder de vista a premissa básica e fundante de toda a Antropologia, que é a de trabalhar com a diferença e buscar traduzi-la sem hierarquizações e etnocentrismos? Como lidar com nossos próprios valores, gostos, idiossincrasias quando temos, diante de nós, o poder de certificá-los em detrimentos de outros? Por outro lado, como deixar de aproveitar oportunidades de certificar culturas que são nossos próprios objetos de estudo, uma vez que sabemos que elas podem ser boas estratégias para a auto-afirmação e a construção da auto-estima desses grupos? Como fazer isso sem estimular a guerra das culturas num planeta onde a noção de diversidade cultural vem ganhando o significado do multiculturalismo, ou seja, de culturas fechadas como mônadas ou totalidades que, em muitos casos, perdem quaisquer referências ao objetivo do entendimento humano? Ainda refletindo sobre o caso do grafismo *waiãpi* e sem tirar o mérito e a beleza dessa arte gráfica, como proceder diante de todas as demais

artes gráficas das etnias indígenas no Brasil, uma vez que todas elas produzem artes gráficas igualmente belas e culturalmente significativas? Não estaríamos também correndo o risco de engessar as manifestações culturais, congelando-as a partir da imagem cristalizada no registro?

Referências Bibliográficas

ABA. **Programa e Resumos. XXIV Reunião Brasileira de Antropologia. Nação e Cidadania.** 13 a 15 de julho de 2004. Olinda (PE): 2004.

ABA. **Programa e Resumos. XXV Reunião Brasileira de Antropologia. Saberes e Práticas Antropológicas – desafios para o século XXI.** 11 a 14 de junho de 2005. Goiânia (GO): 2005.

ABREU, Regina. **A Fabricação do Imortal - Memória, História e Estratégias de Consagração no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. Rocco/Lapa, 1996.

_____. “História de uma coleção: Miguel Calmon e o Museu Histórico Nacional”. *In: Anais do Museu Paulista*, 1994.

_____. “Síndrome de Museus”. *In: Encontros e Estudos 2*, Funarte, MinC.

ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities.** Norfolk: Thetford Press, 1987.

ARANTES, A. A. **Produzindo o passado.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas.** O Imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CALDARELLI, Solange Bezerra. **Atas do Simpósio Sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural Brasileiro.** Universidade Católica de Goiás. Goiânia. 1996.

CHAGAS, M. “Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade”. *In: Cadernos de Sociomuseologia*, nº 13. Lisboa, ULHT: 1999.

CLIFFORD, James. “Colecionando Arte e Cultura”. *In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 1995.

_____. "Museologia e Contra-História. Viagens pela Costa Noroeste". In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário. **Memória e Patrimônio**. Rio de Janeiro: ed DPA, 2003.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil – anos 30 e 40**. Tese de Doutorado. Departamento de História. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: 1998.

CORRÊA, Alexandre Fernandes. **Vilas, Parques e Terreiros – Novos Patrimônios na Cena das Políticas Culturais de São Luís e São Paulo**. Tese de Doutorado. Departamento de Ciências Sociais. PUC-SP. São Paulo: 2001.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo**. Trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Minc-IPHAN, 1997.

GONÇALVES, José Reginaldo. "Autenticidade, memória e ideologias nacionais". In: **Estudos Históricos**, n.º 2, 1988.

_____. "O jogo da autenticidade: nação e patrimônio cultural no Brasil". In: **Ideólogos do patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: IBPC, 1991.

_____. **Retórica da perda**. Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 1996.

HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBBSAWM, Eric J. & RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. **Os Pioneiros da Marcha para o Oeste: memória e Identidade na Fronteira do Médio Araguaia**. Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia. UnB. Brasília: 1998.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. "Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico". In: **Anais do Museu Paulista**. História e Cultura Material. São Paulo: ed. USP, jan/dez, 1994.

NORA, P. **Mémoire et Histoire** - la problematique des lieux. Les lieux de mémoire. Paris: Gallimard, 1984.

SANT'ANNA, Marcia. "A face imaterial do patrimônio cultural". In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário. **Memória e Patrimônio**. Rio de Janeiro: DPA, 2003.

OLIVEIRA, Ana Gita de. "Diversidade cultural como categoria organizadora de políticas públicas". In: TEIXEIRA, João Gabriel *et al.* **Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização**. Brasília: Transe/Ceam, 2004.

SANTOS, Myrian S. dos. **História, tempo e memória**: um estudo sobre museus a partir da observação feita no Museu Imperial e no Museu Histórico Nacional. Tese de Mestrado apresentada ao IUPERJ. Rio de Janeiro: 1989.

_____. "O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado". In: RCBS, n. 23, out./1993 (pp. 71-84).

SCHWARCZ, Lilia K. M. "O nascimento dos museus brasileiros, 1870-1910". In: MICELI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. v.1. São Paulo: Finep/Vértice, 1989.

_____. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

STOCKING, Jr.; George W. **Objects and Others**. Essays on Museums and Material Culture. London: University of Wisconsin Press, 1985.

TAMASO, Isabela Maria. **Tratorando a História**: Percepções do Conflito na Prática da Preservação do Patrimônio Cultural Edificado em Espírito Santo do Pinhal. Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia, UnB. Brasília: 1997.

VIANNA, Letícia. "Pluralidade cultural e identidade nacional: experiências recentes de políticas no Brasil". In: TEIXEIRA, João Gabriel *et al.* **Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização**. Brasília: Transe/Ceam, 2004.